

 <p>UEM</p>	 <p>PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA</p>	<p>PPG/PES</p>
<p>RELATÓRIO FINAL</p>		
<p>1. ACADÊMICO(S) PARTICIPANTE(S): Milena Magri Rodrigues e Rafaela de Cássia Pichinini</p>		
<p>2. ORIENTADOR: Josimayre Novelli</p>	<p>3. DEPARTAMENTO: DLM</p>	
<p>4. COORIENTADOR:</p>	<p>5. DEPARTAMENTO: DLM</p>	
<p>4. TÍTULO DO PROJETO: Ensino de língua inglesa na educação básica brasileira: análise de documentos oficiais</p>		
<p>5. INÍCIO: 01/02/2018</p>	<p>6. TÉRMINO 31/01/2019</p>	
<p>7. <u>AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR SOBRE O PIC.</u></p>		
<p>8. <u>AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR SOBRE O DESEMPENHO DO(S) ACADÊMICO(S)-PARTICIPANTE(S) NO PIC.</u></p>		
<p>9. <u>AVALIAÇÃO DO(S) ACADÊMICO(S) SOBRE O PIC.</u></p>		

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. JOSIMAYRE NOVELLI
COORDENADOR:
ACADÊMICA: MILENA MAGRI RODRIGUES E
RAFAELA DE CÁSSIA PICHININI

Ensino de língua inglesa na educação
básica pública: análise de documentos
oficiais

**MARINGÁ,
JANEIRO DE 2019**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. JOSIMAYRE NOVELLI
COORDENADOR:
ACADÊMICA: MILENA MAGRI RODRIGUES E
RAFAELA DE CÁSSIA PICHININI

Ensino de língua inglesa na educação básica pública: análise de documentos oficiais

Relatório final contendo os resultados finais do projeto de iniciação científica vinculado ao Programa PIC-UEM sob orientação da profa. Dra. Josimayre Novelli.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender, analisar e refletir sobre os parâmetros avaliativos que os documentos oficiais propostos para o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (LE), especificamente a língua inglesa (LI) apresentam, com base em uma leitura comparativa e avaliativa, tendo em vista os critérios que se julgam necessários para a aprendizagem de uma LE na educação básica pública paranaense e brasileira. Ao se configurar uma pesquisa documental, ela visa analisar os seguintes documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCE (PARANÁ, 2008) e a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017). Ao se considerar o atual cenário educacional com a implantação de uma base curricular comum, bem como os estudos sobre o inglês como língua global e internacional, o presente trabalho é de suma importância para promover uma reflexão sobre esses parâmetros apresentados, tanto para compreender e avaliar o papel da LI, além de comparar e analisar cada um dos pontos essenciais apontados nos documentos oficiais para o ensino do referido idioma.

Palavras-chave: Língua Inglesa; Documentos oficiais; PCN; DCE; BNCC.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	06
2. Objetivos	08
3. Procedimentos Metodológicos.....	08
4. Resultados.....	08
5. Considerações finais.....	17
6. Referências bibliográficas	19

1. Introdução

A pesquisa tem como tema central apontar, analisar e comparar os parâmetros avaliativos do ensino da LE, especificamente a LI, na educação básica e pública brasileira tendo como base os documentos oficiais apresentados, a saber: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCE (PARANÁ, 2008) e a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017). Para essa finalidade, descreveremos e analisamos, de forma, comparativa e contrastiva, o status, o papel, a concepção de língua no ensino de LI, bem como as perspectivas teórico-metodológicas no ensino das habilidades linguístico-comunicativas apresentados nos documentos oficiais. Temos como finalidade neste projeto conhecer, analisar, avaliar, comparar e refletir os métodos de ensino apresentados nos mesmos. Acreditamos que seja de suma importância que se torne de conhecimento público os aspectos de aprendizagem abordados em cada documento, por isso, nos dedicaremos a conhecer e avaliá-los para melhor compreender o papel da LI no ensino da educação básica pública brasileira e qual sua importância, bem como a forma de aprendizagem que cada um elabora.

Os PCN, publicados em 1998, é um documento elaborado pelo Governo Federal que tem como objetivo geral designar um determinado sentido ao encaminhamento da educação, sendo assim, funciona, teoricamente, como uma referência básica para a construção das matrizes curriculares dos professores. Nele são apontadas várias definições de ensinamento da LE, bem como princípios e metodologias a serem abordadas em sala de aula. O documento também apresenta materiais pedagógicos que podem ser usados em sala de aula, bem como suas formas de produção. Em questão especificamente da LE, ele busca ressaltar “a importância de fazermos uso delas como forma de agir no mundo para transformá-lo, fazer com que os indivíduos passem de meros consumidores passivos de cultura e de conhecimento a criadores ativos das mesmas (BRASIL, 1998 p. 40).” Esse documento engloba o ensino, especificamente da LI, tendo em vista a importância dada a ela apenas com fins lucrativos e econômicos, porém apontam a importância da LI não apenas por ser a língua oficialmente mundial, mas também pelo fato de, por exemplo, poder colaborar na formulação de contra-discursos em relação às desigualdades entre países e entre grupos sociais. De acordo com os PCN (BRASIL, 1998), evidenciamos que são contemplados os efeitos e a importância do ensino de uma LE nas escolas. O documento preza para que a disciplina de LI ou também outro idioma adotado pela escola, não seja apenas um direito de todo aluno e uma função das escolas ensiná-lo, mas sim, que seja trabalhado de maneira que o aluno veja a presença desse idioma no seu dia-a-dia, a importância da LE para seu crescimento pessoal, valores culturais, bem como a forma como pode agregar no aprendizado das outras disciplinas e acesso igualitário no mundo acadêmico e profissional.

Já as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE) do estado do Paraná, publicadas em 2008, são como normas orientadoras da educação que têm como objetivo central, especificamente em questão da LE, problematizar o ensino junto aos professores da Rede Pública do Estado do Paraná. Elas se apresentam como sendo um conjunto de definições de ensinamento sobre bases, princípios e metodologias na educação básica e pública brasileira. Essas definições têm como princípio buscar

orientar as escolas e professores quanto a aspectos como, por exemplo, avaliações pedagógicas, organização, métodos de ensino, etc. As DCE também levam os colégios a formarem seu currículo de acordo com o público regional e outros aspectos locais influentes. O documento ressalta a importância de como o aprendizado da LE pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana e que o principal objetivo da LE é que “os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas e relevantes e que não se limitem apenas ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas (PARANÁ, 2008 p.57).” Quanto ao ensino de LI, o documento ressalta a importância do desenvolvimento das habilidades comunicativas e o atendimento às necessidades da sociedade contemporânea quanto ao aprendizado de uma LE. É colocado que a escola precisa ser diferente das escolas de idiomas, onde passam ao aluno uma visão do inglês apenas para fins avaliativos, como o vestibular, por exemplo. Também é visto que a escola pública precisa mostrar que o inglês pode nos levar a outros tipos de percepções de mundo, de sociedade, de política e de questões culturais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com sua segunda versão publicada em 2017, é um documento que tem como objetivo principal nortear e uniformizar os conteúdos a serem ensinados nas escolas de todo o Brasil, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. O documento mostra as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ele apresenta indicações de competências e conhecimentos no ensino de LE que se julgam necessários para desenvolver ao longo da escolaridade dos estudantes do ensino básico e público brasileiro como, por exemplo, a imprescindibilidade da escola ter que compreender e incorporar mais as linguagens e seus modos de funcionamento, bem como de manipulação, para desvendar maiores números de possibilidades de comunicação e que, se utilizando dessa perspectiva, eduque para usos mais democráticos das tecnologias, para uma participação mais consciente na cultura digital. Com relação ao ensino da LI, a BNCC mostra que “aprender tal língua proporciona a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias (BNCC, 2017 p.199).” Assim, o aprendizado da LI é de suma importância para que os alunos possam ampliar novos horizontes de comunicação e intercâmbio cultural, acadêmico e científico para que possam abrir novos caminhos de acesso, construção de conhecimentos e participação social. Assim, a BNCC tem como objetivo possibilitar que o conhecimento da LI amplie horizontes de comunicação e de intercâmbio cultural, científico e acadêmico.

Concluindo, ambos os documentos trazem problematizações, conceitos, metodologias, conceitos e funções de uma LE e qual sua importância no mundo acadêmico, pessoal e profissional. Nosso principal objetivo é discutir sobre essas metodologias de ensino, analisar e compará-las, com o intuito de percebermos até que ponto esses documentos prescritivos e ideológicos se dialogam ou se distanciam quanto aos seus objetivos. Acreditamos que a leitura desse material possa enriquecer nosso conhecimento e trazer novos horizontes de informações sobre a LI, assim como ajudar a conhecer

melhor essa visão de ensinamento na educação básica e pública brasileira que é de suma importância para o conhecimento acadêmico básico de todos nós.

2. Objetivos

2.1. Geral

- Descrever e analisar, de forma, comparativa e contrastiva, o status, o papel, a concepção de língua no ensino de LE, especificamente, a LI, bem como as perspectivas teórico-metodológicas no ensino das habilidades linguístico-comunicativas, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCE - (PARANÁ, 2008); Parâmetros curriculares Nacionais – PCN- (BRASIL, 1998); Base Nacional comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2017).

2.2. Específicos:

- Ler, descrever e interpretar as DCE;
- Ler, descrever e interpretar os PCN;
- Ler, descrever e interpretar a BNCC;
- Traçar um paralelo comparativo entre esses documentos oficiais, considerando o status e o papel da LI na educação básica pública; a concepção de língua, além da perspectiva teórico-metodológica vigente em cada documento.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativista, se configura uma pesquisa documental, a qual se realizou por meio da leitura e análise de documentos oficiais propostos para o ensino de uma LE, especificamente a LI, no contexto da educação básica pública brasileira (Diretrizes Curriculares Nacionais – DCE - (PARANÁ, 2008); Parâmetros curriculares Nacionais – PCN- (BRASIL, 1998); Base Nacional comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2017). A análise se configurou por meio de descrição, comparação e avaliação crítica das propostas teórico-metodológicas de ensino de uma LE no que tange esses documentos.

4. Resultados

Atualmente a educação brasileira utiliza documentos básicos que norteiam os processos de reflexão, planejamento e prática pedagógica em todas as escolas do país. Entre os principais documentos encontram-se: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCE (PARANÁ, 2008) e a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017).

Publicados em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é um documento elaborado

pelo Governo Federal que tem como objetivo geral designar um determinado sentido ao encaminhamento da educação. Contém definições de ensinamento da LE, bem como princípios e metodologias a serem abordadas em sala de aula. Apresenta materiais pedagógicos que podem ser usados em sala de aula, bem como suas formas de produção.

Busca ressaltar a importância de fazermos uso das línguas estrangeiras como forma de agir no mundo para fazer com que os indivíduos passem de meros consumidores passivos de cultura e de conhecimento a criadores ativos das mesma.

O documento preza para que a matéria de LI ou também outro idioma adotado pela escola seja trabalhado de maneira que o aluno veja a presença desse idioma no seu dia-a-dia, a importância da LE para o crescimento pessoal, valores culturais, bem como a forma como pode agregar no aprendizado das outras disciplinas e acesso igualitário no mundo acadêmico e profissional.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é contemplado os efeitos e a importância do ensino de Língua Estrangeira para nas escolas. O documento preza para que as matérias de LI, ou também outro idioma que seja optado pela escola, não sejam apenas um direito de todo aluno e função das escolas, mas sim, que sejam trabalhadas de formas que o aluno veja a presença dos idiomas do dia-a-dia, a importância da LE para o crescimento pessoal, valores culturais, a forma como pode agregar no aprendizado das outras disciplinas e acesso igualitário no mundo acadêmico e profissional.

O documento destaca que com o desenvolvimento de novas tecnologias, o ensino de outras habilidades fique mais fácil e acessível. Por exemplo, as habilidades orais necessitam de atenção e percepção do aluno e com o auxílio dessas tecnologias podemos facilitar o envolvimento de fatores relativos “[...] atenção, a percepção e decodificação dos sons e letras, a segmentação morfológica e sintática, atribuição do significado ao nível léxico-semântico, e integração de uma informação a outra” (PCN,1998 pg.89) e processamento da informação, cognitivos e sociais que o documento aponta como ponto principal para o desenvolvimento do processo de compreensão escrita e oral.

Segundo o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) a compreensão envolve fatores ligados ao processamento das informações, que são ligados à funções como a compreensão de letras e sons, morfologia e sintaxe; também à aspectos cognitivos, que é a construção de significado feita a partir da relação leitor/ouvinte além da base em seu conhecimento de mundo; e por fim, os fatores sociais que são ligados à história e cultura do aluno.

Partindo do pressuposto que os alunos já venham praticando essas formas de compreensão na língua materna, a abordagem das habilidades pode ser mais variada. A partir disso o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) defende que as habilidades de escrita, leitura e oral devem ser contempladas no ensino das LE.

Para Paiva antes de qualquer consideração sobre o ensino de língua estrangeira é imprescindível que o professor saiba a língua, “pois ninguém ajuda outra pessoa a aprender aquilo que

ele mesmo não sabe”. Nós presenciamos um grande histórico ao longo dos anos de professores de inglês das escolas públicas que não dominavam o idioma, e por isso acarretou-se uma visão negativa dos alunos sobre essa disciplina. Porém, nos dias de hoje é possível perceber que surgiram professores com maior conhecimento e novas metodologias.

A partir disso, se abrem as portas para contemplar as habilidades propostas nos documentos oficiais (BNCC, PCN E DCE), desviando-se do tradicional ensino de línguas com foco na gramática sem que o aluno migre para outras habilidades, explorando a pronuncia, vocabulário e conhecimentos de mundo. É nessa linha de pensando que Paiva defende a possibilidade de explorar mais habilidades:

Sempre me posicionei contra o foco exclusivo na leitura ou no ensino meramente gramatical, ou na tradução. Primeiro porque não defendo que o professor tem o direito de fazer essas escolhas passando por cima dos desejos dos alunos, segundo porque parto da premissa de que a língua deve ser ensinada em toda a sua complexidade comunicativa sem restringir seu estudo a uma tecnologia (leitura) ou a aspectos apenas formais (gramática). Defendo que a língua deve fazer sentido para o aprendiz em vez de ser apenas uma conjunto de estruturas gramaticais. (PAIVA, 2009)

Para o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), as habilidades de compreensão escrita e leitura devem ser trabalhadas de forma que o aluno entenda que ler não é apenas ler em voz alta, mas sim compreender, levantar hipóteses, ligar as informações com o conhecimento prévio assim construindo um significado. E isso deve ser trabalhado desde a pré até a pós-leitura.

Ao fim de um trabalho contemplando a habilidade de leitura (não necessariamente sozinha) o aluno perceberá que além de ter trabalhado um certo tema (que pode ser relacionado à cultura de países falantes da LE estudada) ele adquiriu novo vocabulário, conhecimento morfológico e lexical, dentro outras áreas que podem ser trabalhadas.

Já na produção escrita o aluno deve ter em mente que nesse processo ele precisa deixar explícito quem escreve, seu público e a finalidade.

Nas habilidade orais, o documento ressalta que além do que foi pode ser trabalho da habilidade de leitura, a oralidade proporciona uma “preocupação” do aluno com a organização linguística e por ser um processo interacional desperta uma certa expectativa nos ouvintes e preocupação nos falantes em que sejam compreendidos.

Essa habilidade possibilita que o ouvinte esclareça suas dificuldades ao interlocutor (exceto quando se trata de áudios reproduzidos em rádio, computador ou TV) e que alguns erros possam ser corrigidos instantaneamente.

É por esse caminho que podemos ampliar os horizontes dos alunos quanto à qualquer língua estrangeira. Por mais que nos dias de hoje tenhamos acesso à tecnologias, não são todos as escolas do Brasil que possuem esse meio, mas mesmo com essa dificuldade podemos trabalhar a LI de diversas formas através de dinâmicas e atividades interativas, de forma que seja nítido para o aluno como a língua pode levar a imersão em uma diferente cultura.

Para as escolas que possuem os meios para acesso à tecnologia, o leque de opções se abre e nos mostrando novos vários jeitos de fazer um ensino dinâmico e fora do foco em leitura e gramática somente, como citou Paiva anteriormente. Ao usarmos a tecnologia como instrumento de ensino estaremos mostrando ao aluno que ele mesmo pode fazer isso sozinho, é o que diz Paiva sobre o professor despertar no aluno o interesse em estender o uso da língua para fora da sala de aula:

...o aprendiz de uma língua estrangeira, quando motivado, usa essa língua para fazer alguma coisa fora da sala de aula: ouvir música, ouvir programas de rádio e TV, compreender falas em filmes, brincar com jogos eletrônicos, e, em alguns poucos casos, interagir com estrangeiros. Mas isso, raramente, acontece na escola. (PAIVA, 2009)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCE) propostas pelo governo do Paraná, publicado em 2008, é o documento que define as normas obrigatórias, procedimentos e métodos a serem cumpridos, levando em conta o perfil de seus alunos, a região e sociedade que são inseridas o professor deve aplicar suas aulas considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais. Quanto ao ensino de LI, o documento ressalta a importância das habilidades comunicativas, o atendimento as necessidades da sociedade contemporânea quanto à língua. É colocado que a escola precisa ser diferente das escolas de idiomas que passam ao aluno uma visão do inglês para viagens ou passar em testes, apenas. A escola precisa mostrar que o inglês os leva a terem outras percepções de mundo, sociedade, política e cultural.

Essa O documento citado mostra que o status da LE era tida como atividade complementar, sem relevância na construção da identidade do aprendiz, e que, ao contrário disso, a LE é de suma importância como disciplina de formação cidadã dos sujeitos. No documento, vemos que o ensino da LE surgiu como necessidade de comunicação entre países após a segunda guerra mundial, porém, atualmente usar esse objetivo para explicar a importância do ensino de uma LE é totalmente antiquado. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o papel do ensino de uma LE não é apenas ensinar e aprender uma língua, e sim ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, formar subjetividades, permitir que se reconheça no uso da língua diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de aprendizagem atingido.

“As aulas de Língua Estrangeira se configuram como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais-

políticas-econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade. Busca-se, também, superar a ideia de que o objetivo de ensinar Língua Estrangeira na escola é apenas o linguístico ou, ainda, que o modelo de ensino dos Institutos de Idiomas seja parâmetro para definir seus objetivos de ensino na Educação Básica.” (DCE, p. 55, 2008)

Com relação a essa comparação entre o ensino da língua estrangeira em escola pública e em escola de idiomas o documento ressalta que a proposta da escola de idiomas é ensinar uma língua com a proposta de ser mais direcionada para a proficiência linguístico-comunicativa em situação de viagens, negócios e preparação para testes, ao contrário do que a escola pública oferece. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o ensino da LE deve ser direcionado com o objetivo de que os envolvidos nesse processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas e relevantes, ou seja, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas e que, além disso, ao conceber a língua como discurso, é importante que o aluno conheça e seja capaz de usar uma língua estrangeira para que ele se permita perceber como integrante da sociedade e participante ativo do mundo. Ao estudar a língua estrangeira o aluno aprende também a como contribuir significados para entender melhor a realidade. A partir do confronto com a cultura do outro, o aluno é capaz de delinear um contorno para a própria identidade e com isso atuar sobre os sentidos possíveis reconstruindo sua identidade como agente social.

Sobre a importância da LE, o documento ressalta que pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. O ensino de uma nova língua deve contribuir para formar alunos críticos e transformadores através do estudo de textos que permitam explorar as práticas da leitura, escrita e oralidade, além de incentivar a pesquisa e a reflexão. Para isso o documento aponta os objetivos que o ensino da LE tem, e o que espera-se que o aluno adquira:

- “Use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.” (DCE, p. 56, 2008)

A proposta de ensino que o documento apresenta é o uso de textos, não para extração de significados que supostamente estariam vinculados a estrutura, mas para se comunicar com eles, para lhes conferir sentidos e travar batalhas pela significação. É perceber a língua como “arena de conflitos”

(BAKTHIN, 1992). Isso envolve a análise e a crítica das relações entre texto, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais. Refere-se às formas de olhar o texto escrito, o visual, o oral e o hipertexto para questionar e desafiar as atitudes, os valores e as crenças a ele subjacentes. (DCE, p.58, 2008)

O texto, entendido como uma unidade de sentido, pode ser verbal ou não-verbal. Nessa definição, podem ser considerados textos uma figura, um gesto, um slogan, etc. Esse material pode ser usado no ensino da LE para que os alunos aprendam a ter consciência de que há várias formas de produção e circulação de textos em nossa e em outras culturas, e que essas práticas são valorizadas também de formas diferentes nas distintas sociedades.

Além disso, nas Diretrizes, a ênfase do ensino recai sobre a necessidade de os sujeitos interagirem ativamente pelo discurso, sendo capazes de se comunicar de diferentes formas materializadas em diferentes tipos de texto, levando em conta a imensa quantidade de informações que circulam na sociedade. Isso, no documento, significa participar dos processos sociais de construção de linguagem e de seus sentidos legitimados e desenvolver uma criticidade de modo a atribuir o próprio sentido aos textos. (DCE, p.58, 2008)

No documento é ainda ressaltado que o trabalho com a LE fundamenta-se na diversidade de gêneros textuais e busca alargar a compreensão dos diversos usos da linguagem, bem como a ativação de procedimentos interpretativos alternativos no processo de construção de significados possíveis pelo leitor. Tendo em vista que o texto e leitura são dois elementos indissociáveis, e que um não se realiza sem o outro, é importante definir o que se entende por esses dois termos. É proposto no documento que nas aulas de LE, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem abandoná-la de fato. (DCE, p.58, 2008)

Sobre a leitura o documento aponta que é um processo de atribuição de sentidos que estabelece diferentes relações entre o sujeito e o texto de acordo com as concepções que se têm de ambos e o trabalho proposto nele está ancorado na perspectiva de uma leitura crítica, a qual se efetiva no confronto de perspectivas e na (re)construção de atitudes diante do mundo. Segundo o documento, a abordagem da leitura crítica extrapola a relação entre o leitor e as unidades de sentido na construção de significados possíveis. As Diretrizes buscam então superar uma visão tradicional de leitura condicionada à extração de informações para que, dessa forma, ao ensinar e aprender uma LE, alunos e professores percebam ser possível construir significados além daqueles permitidos pela língua materna. (DCE, p. 59, 2008)

Finalizando, as Diretrizes proponham o uso do livro didático como suporte de ensino, porém como não esgota todas as necessidades nem abrange todos os conteúdos de LE, recomenda que o professor utilize outros materiais disponíveis na escola como dicionários, livros paradidáticos, vídeos,

DVD, CD-ROM, Internet, TV multimídia, etc.

A base nacional comum curricular (BNCC), é um documento normativo. Ele define o conjunto tanto orgânico quanto progressivo de aprendizagens imprescindíveis que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica.

Sobre o ensino fundamental (anos iniciais), o documento aponta que é necessário trazer para a aprendizagem experiências vividas na educação infantil, que tem como objetivo prever tanto a progressiva sistematização quanto o desenvolvimento pelos alunos de novas formas de se relacionar com o mundo, levantando novas chances de ler e formular hipóteses, testá-las, questioná-las e elaborar conclusões, pois esse processo é muito importante para uma atitude ativa na construção de conhecimentos do aluno.

Nos dois primeiros anos do ensino fundamental, o documento aponta que o foco de ensino deve ser a alfabetização do aluno de modo que proporcione a ele uma aproximação de escrita alfabética que contribui no envolvimento dele em práticas diversificadas de letramento. A progressão do aluno nessa etapa do ensino ocorre pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto os interesses e expectativas quanto o que ainda o aluno precisa aprender. (BNCC, p. 55, 2017)

Após esse processo, ainda no ensino fundamental (anos finais), os alunos estão em fase de encarar novos desafios de maior complexidade e por isso se faz necessário retomar o aprendizado que os mesmos tiveram nos anos iniciais para que tenha um aprofundamento e ampliação do repertório de conhecimento do aluno. O documento aponta que também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, ofertando condições e ferramentas para ter acesso e também interação crítica com diversas outras fontes de conhecimento e de informações.

Ainda nessa fase dos anos finais do ensino fundamental é importante ressaltar que o aluno está passando por uma transição entre a infância e a adolescência, onde ele acaba tendo mais acesso a cultura digital, que deve ser usada no ensino juntamente com a compreensão imprescindível das escolas para que elas compreendam e incorporem mais as novas linguagens e seus funcionamentos, mostrando outras maneiras de comunicação e aproveitem isso para desvendar essas outras possibilidades com o uso da cultura digital, que prendem mais a atenção do aluno e que desperta mais a necessidade de adquirir conhecimento. Ao aproveitar esse potencial de comunicação da cultura digital, a escola pode

trabalhar com novos modos de promover a aprendizagem e aproximar ainda mais a interação entre aluno e professor. (BNCC, p. 57, 2017)

Além disso, o documento ressalta que é de suma importância que, além do uso da cultura digital, a escola deve estabelecer diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola, o não uso desse diálogo pode dificultar a convivência cotidiana e a aprendizagem resultando no desinteresse do aluno em aprender, à alienação, agressividade e fracasso escolar.

Com relação ao ensino da língua inglesa, o processo não é diferente. Ele aponta que o aprendizado da LI proporciona a criação de novas e diversas formas de participação dos alunos no mundo social, a ampliação de novos horizontes de comunicação e intercâmbio cultural, acadêmico e científico, além de abrir novos recursos de acesso e agregar conhecimento e participação social.

Para essa finalidade, a BNCC, mostra que é necessário duas implicações importantes, uma delas é que ensinar a LI obrigada a rever as relações entre língua, território e cultura, na medida em que os falantes do inglês não se encontram apenas nos países em que ela é a língua oficial. A LI deve ser vista como língua franca de comunicação internacional utilizada por falantes de todo o mundo, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, que permite questionar a visão de que o "inglês correto" é aquele falado apenas por americanos e britânicos, que conseqüentemente desvincula a noção de pertencimento a um determinado território e a culturas atípicas de comunidades específicas. Isso favorece uma educação linguística voltada para a interculturalidade, para o reconhecimento das diferenças e a compreensão de como elas são produzidas. (BNCC, p.199, 2017)

A segunda implicação fala sobre a aplicação da visão de letramento fornecidas pelas práticas sociais do mundo digital, no qual a LI potencializa as possibilidades de participação e de circulação. Essas práticas, segundo o documento, criam novas possibilidades de identificar e expressar ideias, sentimentos e valores.

Sobre os eixos que o documento aponta como necessários para o ensino da LI temos o eixo da oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e gramaticais e dimensão intercultural. No eixo da oralidade, onde envolve a compreensão e produção oral, promovem situações de aprendizagem tanto de elementos constitutivos da fala, quanto compreensão e negociação. Esse eixo, segundo a BNCC, também implica o desenvolvimento de várias atitudes e comportamentos, como arriscar a compreender,

falar e escutar o outro, entender e acolher outras perspectivas, superar mal-entendidos e lidar com a insegurança. Para isso o documento aponta o uso de recursos midiáticos verbo-visuais, entre eles cinema, internet, televisão, etc. O aluno assim terá acesso a uma interação discursiva dentro da sala de aula e vai poder refletir sobre os usos da LI, não como uma língua propriamente "pura", mas sim de uma língua "em uso" e "para o uso". (BNCC, p. 200, 2017)

O eixo de leitura fala das práticas de linguagem especialmente no foco da construção de significados, tendo como base a compreensão da natureza histórica e cultural dos mais variados gêneros textuais que circulam na sociedade. Essas práticas na LI desenvolvem estratégias de reconhecimento textual e investigação por onde os contextos de produção agregam sentidos. De acordo com o documento as atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura devem ser vistas como potencializadoras dessas aprendizagens de modo contextualizado e significativo.

No eixo da escrita, a BNCC aponta que, por um lado o ato de escrever tem uma natureza processual e colaborativa, que envolve movimentos tanto coletivos quanto individuais de planejamento nos quais são tomadas e avaliadas as decisões sobre as maneiras de suporte que permitirá circulação social e seus leitores e também que, o ato de escrever é concebido como "prática social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, oportunizando aos alunos agir com protagonismo". Trata-se então de uma escrita autoral que se inicia com textos mais curtos onde os alunos encontrarão situações que os levarão a uma escrita mais autêntica, autônoma e criativa. (BNCC, p.201, 2017)

Sobre o eixo de conhecimentos linguísticos e gramaticais o documento aponta que engloba práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua de modo contextualizado e ligados às práticas de oralidade, leitura e escrita. Esse estudo tem como foco levar os alunos, de modo indutivo, a descobrir as regularidades e irregularidades do funcionamento da língua para incentivar a reflexão do que é ensinado.

Segundo a BNCC, sobre o eixo dimensão intercultural, nasce a compreensão sobre as diversas culturas onde o ensino do inglês implica problematizar os diferentes papéis da LI no mundo, os valores, alcance e efeitos nas relações entre diferentes pessoas e povos, tanto na sociedade contemporânea quanto em uma perspectiva histórica. (BNCC, p. 201, 2017)

A junção de todos esses eixos, que segundo o documento, devem ser trabalhados em conjunto para atingir os objetivos de trabalhar a LI e de mostrar ao aluno que o inglês é uma língua em uso, sempre híbrida, polifônica e multimodal que

leva ao estudo de suas características específicas, não devendo ser nenhum dos eixos tratado como pré-requisito para esse ensino, levando em conta também que não é apenas o ensino gramatical que deve ser ensinado e que deve ser mostra ao aluno que a LI precisa ser refletida pois está em constante circulação e propensa a mudanças, incentivando as práticas discursivas e linguísticas e com base nessa reflexão, levar ele a construir um discurso próprio às intenções comunicativas, de modo a consolidar práticas sociais em uso. (BNCC, p. 203, 2017)

5. Considerações finais

Ao decorrer do nosso estudo sobre os documentos percebemos que os documentos se complementam de forma que, como professores, podemos e devemos beber de ambas as fontes para construir um bom ensino. Destacamos a pontos que ajudam a assimilar esse pensamento.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) como um documento que propõe equidade dos conteúdos entre os alunos de todas as escolas brasileiras ter (independente da região ou classe social), propõe que a partir da LE o aluno amplie sua visão de mundo e seja inserido mais facilmente no mundo acadêmico, social de político.

Podemos notar que os outros documentos estudados trazem propostas semelhantes a essa da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) também colocam que o ensino da LE coloca o aluno em imersão a novas culturas, conceitos, visões políticas e também mais oportunidade no mundo escolar e acadêmico. A DCE (Diretrizes Curriculares Estaduais) posiciona a LE como um agente para a formação social do aluno.

Quanto aos processos pedagógicos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) propõe que o aluno no processo de aprendizagem da LE consiga fazer levantamento de hipóteses e de significados, pratique estratégias de leituras, que através de pequenos textos possa ao longo do tempo ser um escritor autônomo e problematizador e um aluno reflexivo.

Já a DCE (Diretrizes Curriculares Estaduais) coloca que as escolas públicas vem fazendo o oposto das escolas de inglês, ensinam os conteúdos de forma descontextualizada e tradicional.

O PCN (DCE (Diretrizes Curriculares Estaduais) é o documento que traz os processos e metodologias de ensino, por esse motivo, defende fortemente o uso de tecnologia em sala de aula, aulas dinâmicas e interativas para que as aulas funcionem de acordo com as preferências dos alunos para assim ganhar a atenção dos mesmos.

Ao refletirmos sobre essa propostas é facilmente perceptíveis o quão longe está da nossa realidade. Para que esse problema seja resolvido, além de identificarmos as falhas, como professores,

devemos buscar maneiras de introduzir cada vez mais as propostas dos documentos. Nossa realidade é de pouco investimento na educação, por isso, uma das nossas saídas seria buscar maneiras autônomas de mudar o ensino de LE, que hoje é tão mal visto.

Quanto a questão de formar um aluno autônomo é uma tarefa difícil que o professor pode conseguir executar, mas que em momentos um outro professor consegue desfazer. Pois viemos de uma cultura onde o professor manda, com isso o aluno acaba condicionado a fazer apenas o que o professor mandar e não adquire o hábito de explorar.

Com isso, o trabalho de ensinar o aluno a ser autônomo é longo e duro, que deve ser feito por todos os professores independente da disciplina e fazer com o que aluno entenda que o professor, apesar de ser o principal, não é o único meio a qual ele pode recorrer. Leffa nos esclarece sobre autonomia em sala de aula.

Para que haja autonomia, tem que haver também empenho do professor e, pelo que se vê na literatura sobre autonomia, esse empenho não está de maneira nenhuma garantido. Há uma estrutura de poder bem definida na sala de aula tradicional onde o controle normalmente é exercido pelo professor. É o professor que estabelece os objetivos a serem atingidos, que escolhe as atividades a serem desenvolvidas, que decide quem vai ser promovido ou não no fim do ano, dentro de limitações maiores ou menores, é claro; o professor, por sua vez, também está inserido dentro de uma estrutura de poder, da qual ele absolutamente não é o topo. (LEFFA, 2009)

Também como professores devemos sempre buscar um *feedback* dos alunos, observar os resultados e retornos dos alunos para percebermos o que funciona ou não, e até quando, pois o aprendizado sejam de qualquer disciplina funciona através de altos e baixos.

Aprender uma língua estrangeira não é fácil. Há um período inicial de entusiasmo, uma espécie de “lua de mel” com a língua estrangeira quando o aluno começa a estudar, nas primeiras aulas. Passado esse período de lua de mel, o interesse normalmente cai. (LEFFA, 2009)

Após esses breves destaques das propostas dos documentos oficiais, podemos resumir que juntos esses documentos propõem: uma escola sem ensino de gramática tradicional, que promova temas atuais como ferramenta de ensino e que proporcionem a construção do aluno como cidadão além do ensino interativo através do auxílio de tecnologias.

6. Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In.: Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Segunda versão. Brasília: MEC, 2017.

LEFFA, Vilson. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

_____. Quando menos é mais: a autonomia na aprendizagem de línguas. In: Christine Nicolaidis; Isabella Mozzillo; Lia Pachalski; Maristela Machado; Vera Fernandes. (Org.). O desenvolvimento da autonomia no ambiente de aprendizagem de línguas estrangeiras. Pelotas: UFPEL, 2003, v. , p. 33-49.

PAIVA, V.L.M.O. O ensino de língua estrangeira e questão da autonomia. Disponível em <http://www.veramenezes.com/leauto.pdf>.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Diretrizes curriculares de língua estrangeira moderna para a Educação Básica, Curitiba, PR, 2008.